

O ARQUIPÉLAGO DE RIBEIRÃO DAS NEVES: a velha segregação na metrópole belo-horizontina

Paola Rogêdo Campos*

RESUMO

Este texto analisa a segregação socioespacial na metrópole belo-horizontina e investiga o processo de expansão periférica em direção ao Município de Ribeirão das Neves. A análise tem como referência a hipótese de que, mesmo havendo alguns indícios de formação de novas polaridades na metrópole contemporânea, a lógica de estruturação urbana centro-periferia se perpetua até hoje, sendo o município em foco um caso exemplar de persistência dessa organização urbana.

Palavras-chave: Segregação. Periferia. Habitação. Ribeirão das Neves.

* Aluna doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Área de Concentração: Dinâmicas Socioterritoriais e Planejamento Urbano e Metropolitano da Atualidade.

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA MINEIRA

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observa-se que a organização socioespacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) está se transformando sem, contudo, produzir uma homogeneização ou equalização progressiva das condições urbanas de vida. A desigualdade social e os processos de segregação socioespacial¹ permanecem visíveis, reflexos de uma cidade em uma sociedade excludente desde a sua formação.

As alterações na organização socioespacial da metrópole não representaram ruptura, mas sim a persistência da lógica centro-periferia de ocupação do espaço metropolitano. Lógica essa que reserva áreas centrais bem equipadas em termos de infraestrutura urbana para as classes dirigentes e também áreas, antes periféricas, que hoje são consideradas uma extensão da centralidade metropolitana. Os grupos mais pobres e marginalizados continuam a habitar as antigas e novas periferias urbanas metropolitanas².

Não há como negar que novas dinâmicas de estruturação espacial se apresentam em algumas metrópoles brasileiras, mas que não significam uma redução das desigualdades socioespaciais. Por exemplo, Caldeira (1997) avalia que, com os “enclaves fortificados”, está havendo uma reorganização da segregação espacial na metrópole paulistana. Esses espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho, destinados para as classes altas e médias, revelam com clareza um novo padrão de segregação socioespacial na São Paulo contemporânea. Muitos enclaves instalaram-se na antiga periferia, tendo por vizinhos os pobres habitando favelas ou casas autoconstruídas. Diferentes grupos sociais estão co-habitando o espaço urbano, em oposição ao modelo centro-periferia, ainda que separados pelos altos muros e grades, seguranças privados armados, tecnologias de segurança de toda sorte.

Quanto ao caso da RMBH, o cenário parece ser um pouco diferente. Para Mendonça (2002), apesar de a organização socioespacial recente da metrópole belo-horizontina ter resultado em uma estrutura mais complexa e mesclada no território, o distanciamento entre centro e periferia, processo que ocorre desde a formação da metrópole, vem se aprofundando. De acordo com a autora, acontece um *continuum* territorial, no qual as classes dirigentes vão ocupando a expansão da centralidade metropolitana em direção ao sul, num claro processo de autosegregação e, por outro lado, aprofunda-se o movimento de periferização dos segmentos operários e populares. Ao mesmo tempo, as classes médias vão se estendendo pelo território, aproximando-se das classes mais pobres por um lado, e das classes dirigentes, no outro extremo.

Para melhor entender e discutir a segregação socioespacial na RMBH, este artigo tem como referência o Município de Ribeirão das Neves. Desde sua origem, esse município evidencia

a pobreza extrema, que contrapõem-se à riqueza ostensiva de outras regiões: a velha segregação socioespacial na metrópole belo-horizontina.

2. A NOVA CAPITAL PLANEJADA E SEGREGADA

Belo Horizonte já nasceu diferenciando o território ao definir *a priori* que tipo de pessoa seria qualificada a ocupar cada área. A zona urbana, delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (atual Avenida do Contorno), era a área considerada privilegiada no plano original de Aarão Reis, destinada ao aparato burocrático, às residências dos funcionários públicos e moradores de Ouro Preto, composta por um meticuloso traçado ortogonal de ruas e avenidas, hierarquizado pela proximidade de grandes espaços públicos e, dando suporte a esse sistema viário, elevados padrões de infraestrutura e arborização. Já a zona suburbana, além dos limites da Avenida do Contorno, foi pensada como região de sítios e chácaras e servia como futura expansão da cidade, caracterizada por padrões urbanísticos mais flexíveis e precária provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos. A zona rural, por sua vez, circundava a suburbana, se constituía no cinturão verde da nova capital e era formada por colônias agrícolas, com a função de abastecer a cidade de produtos agrícolas e hortigranjeiros. Tem-se que o governo mineiro procurou fixar o imigrante estrangeiro nesses núcleos coloniais agrícolas, obedecendo à diretrizes da política imigracionista.

Como observa Jacobs (1969), a formação das cidades não somente precedeu o campo, mas favoreceu sua formação, ou seja, Jacobs questionou os fatos convencionais, que estabeleciam a primazia da agricultura sobre o crescimento das cidades, e afirmou que as cidades é que foram determinantes para a formação do campo, e não o contrário. Essa análise torna possível pensar o planejamento da zona urbana do plano da nova capital mineira como uma força primária ao desenvolvimento de uma agricultura organizada e intencional, no espaço destinado às colônias agrícolas, que formariam o campo imediato de apoio e abastecimento à cidade, estratégia comum ao urbanismo do final do século XIX.

Em relação ao operariado envolvido nas obras da cidade, não foram previstos espaços para sua moradia, sendo considerados uma população “flutuante”. Não se cogitou a possibilidade de a classe trabalhadora permanecer, junto com suas famílias, na cidade planejada para e pelo aparato administrativo do Estado.

A preocupação do Governo em localizar os operários em vilas ‘provisórias e gratuitas’, não permitindo a permanência dos mesmos em outros pontos, denuncia o critério segregativo que norteia a ocupação do espaço. (PLAMBEL, 1979, p.65).

De uma forma bem diferente, foi o tratamento dispensado aos funcionários públicos e à elite residente em Ouro Preto. Esses, segundo o PLAMBEL (1979), foram incentivados a se

transferirem para a nova capital através da concessão gratuita de lotes, com facilidades de compra de lotes contíguos aos primeiros. A construção das residências do funcionalismo público também foi patrocinada pelo Estado, com facilidades e desconto em folha de pagamento.

Embora fosse clara a intenção dos idealizadores de Belo Horizonte em direcionar o adensamento da cidade a partir do centro para fora, o processo de ocupação da área localizada além dos limites da Avenida do Contorno deu-se de forma muito mais intensa, e as colônias agrícolas da zona rural foram ocupadas como extensão e incorporadas à zona suburbana; algumas colônias nunca chegaram a adquirir as características de cinturão verde.

Já nos primeiros anos da capital observava-se o centro dotado de infraestrutura e despovoado, enquanto que a periferia se adensava e não possuía infraestrutura suficiente para a demanda populacional que crescia. O que houve, portanto, foi uma inversão de sentido da ocupação proposta e, nesse contexto, Monte-Mór (1994) afirma que:

foi a classe trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, da ágora estendida, que de fato determinou a produção da cidade. E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro. (MONTE-MÓR, 1994, p.15).

Argumenta-se que o intenso crescimento das zonas periféricas e o vazio do centro, cujos preços dos lotes eram muito elevados, foram consequência da ação do Estado, que foi o principal responsável pelo processo de ocupação do solo da nova capital, uma vez que controlava o acesso aos terrenos. Ao mesmo tempo em que estruturou, controlou e estimulou a ocupação, pois era o maior detentor das terras do município, o Estado também favoreceu o comércio das terras urbanas.

Costa (1994) esclarece que grande parte dos terrenos da zona urbana:

foi objeto de leilão público, o que define o caráter da seleção da ocupação pelo critério da renda, fato que possibilitou a concentração de lotes e a consequente especulação com os (já então altos) preços dos terrenos urbanos. (COSTA, 1994, p.52).

Os dados do Censo de 1912 são reveladores e demonstram que, do total de 38.822 habitantes, 68% se situava nas zonas suburbana e rural, apesar dos esforços do poder público em dotar a zona urbana de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Observa-se que, na prática, a história de Belo Horizonte contrariou em vários aspectos o plano original, seja pelo crescimento demográfico, que ultrapassou em muito e desde cedo, o desejado, seja pela inversão no processo de ocupação da cidade ou ainda pela expansão das atividades econômicas, que a transformaram em um importante polo econômico e industrial, em detrimento à constituição de um centro administrativo-político.

De acordo com o traçado original do plano de Aarão Reis para Belo Horizonte, é visível a diferença dos padrões de urbanização da zona urbana e da zona suburbana e, consequentemente, a clara distinção entre elas. (FIG. 1).

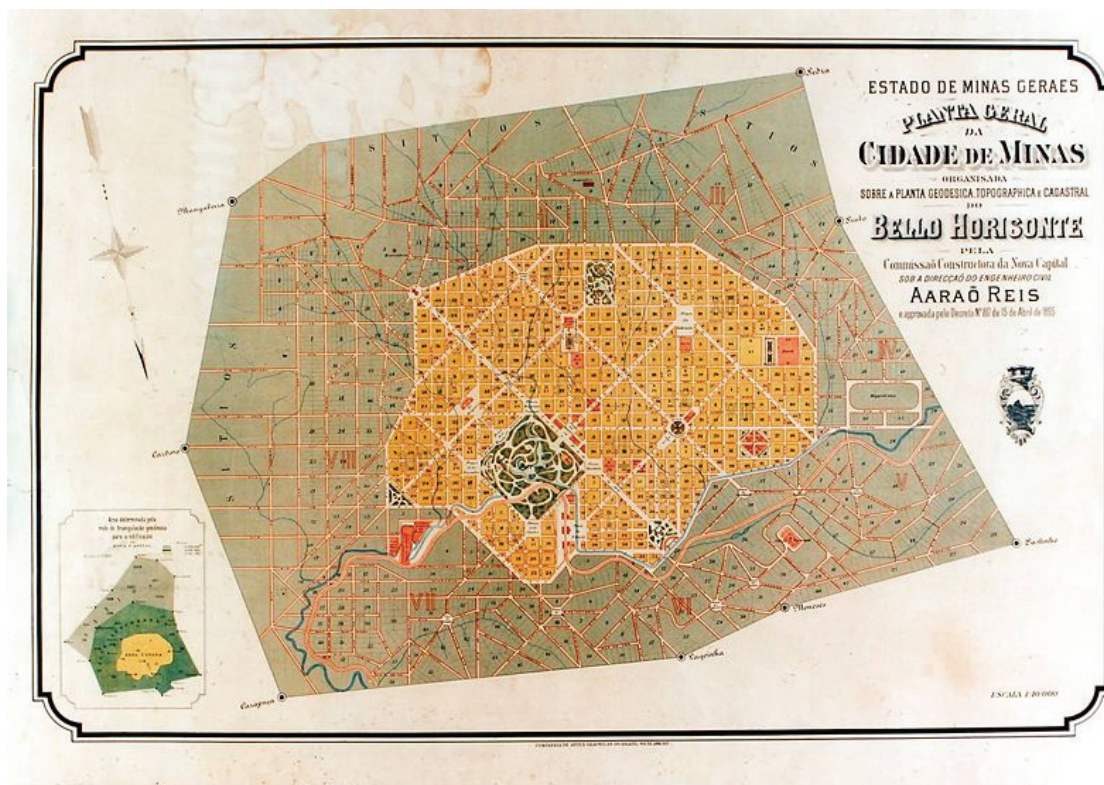


FIGURA 1 – Plano de Aarão Reis para Belo Horizonte.

Fonte: MUSEU ABÍLIO BARRETO.

3. RIBEIRÃO DAS NEVES: UM MUNICÍPIO INTENCIONALMENTE FORA DO PLANO

3.1. Origem e base econômica

A origem do município encontra-se em 1923, quando o Povoado de Neves foi elevado a Distrito do Município de Contagem e em 1927, quando o Estado desapropriou algumas fazendas, entre elas parte da Fazenda de Neves, para construção de uma penitenciária agrícola. Em 1943, o nome do distrito foi alterado de Neves para Ribeirão das Neves, sendo anexado a Pedro Leopoldo, que foi elevado a município nesse mesmo ano. A criação do Município de Ribeirão das Neves deu-se com a Lei 1.039 de 12 de dezembro de 1953, e o Distrito de Justinópolis, outrora Campanhã, e o Povoado de Areias, foram anexados ao novo município.

A Penitenciária Agrícola de Neves (PAN)³ foi inaugurada em 1938 e era considerada um modelo de modernização do sistema penitenciário, da recuperação, reeducação e reinserção social dos detentos via trabalho. A decisão de implantar a primeira penitenciária agrícola estadual em local distante do centro da capital partiu do Governo do Estado. E foi no entorno da PAN⁴ que se deu origem ao primeiro núcleo populacional do aglomerado.

Nos primeiros anos da década de 1960, ocorreu a transferência da cadeia pública da Comarca de Belo Horizonte para o Município de Ribeirão das Neves, dando origem à Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982 o município recebeu outra unidade prisional, a atual Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves. Ambos localizam-se na rodovia LMG-806, no trecho da via entre o Distrito Sede e o Distrito de Justinópolis.

Em 2006, mais uma unidade prisional foi construída no Município de Ribeirão das Neves, a Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond, com capacidade para 820 presos e localizada na rodovia LMG-806, reforçando mais uma vez a intenção do Governo do Estado em transformar o município em um “espaço- carcerário”⁵.

A implantação das várias unidades prisionais não foi acompanhada por investimentos relevantes em infraestrutura, saúde, educação, habitação, saneamento e geração de emprego. Além disso, e de acordo com técnicos da Prefeitura Municipal, os presídios causam ônus a algumas secretarias municipais, como a de Saúde e a de Assistência Social, aos quais os detentos têm atendimento prioritário em relação à comunidade, mas não geram renda nem emprego ao município. Ribeirão das Neves tem, reconhecidamente, um dos mais altos índices de pobreza e violência da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em suma, o Município de Ribeirão das Neves foi criado para manter-se distante do centro urbano, afastado do poder político, mas articulado e comandado de fora pelo Governo do Estado, que era (e ainda é) o grande organizador do espaço urbano municipal.

Até os anos 1960, parte considerável da população urbana do centro municipal vivia de empregos oferecidos pela PAN. Além disso, a produção de hortifrutigranjeiros, aliada à exploração de areia e argila nos córregos, formavam a base econômica do município. O setor industrial mais significativo no município era a indústria cerâmica. Essa frágil base econômica colocava Ribeirão das Neves em posição restrita no contexto da estrutura econômica metropolitana, ao mesmo tempo em que possuía um contingente de pessoas desempregadas e/ou ocupadas em atividades informais.

Ainda hoje o município produz hortifrutigranjeiros, cuja produção atende basicamente ao mercado local. De acordo com Ribeirão das Neves (2008), a atividade pecuária predominante é a bovinocultura mista (de corte e de leite), sendo que o gado de corte atende basicamente ao consumo local. Já no setor secundário, em função das reservas

minerais de areia, argila e pedras britadas existentes na região, estão instaladas no município várias indústrias de fabricação de tijolos, uma indústria de filtros de barro, duas fábricas de pré-moldados e uma britadora. Outra atividade significativa no município é a fabricação de móveis e, pode-se citar, a existência de indústrias de fabricação de artigos de vestuário, têxteis, etiquetas e adesivos, tubos de PVC, aparelhos e materiais elétricos, etc⁶. O comércio varejista caracteriza-se por ser modesto, pouco diversificado e local. Destacam-se os depósitos de material de construção, seguidos de pequeno comércio dos setores alimentício, vestuário e farmacêutico e pequenos serviços de reparo e conservação.

3.2. A articulação com o entorno e a desarticulação interna



FIGURA 2 – Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2006.

O Município de Ribeirão das Neves localiza-se a cerca de 40km da metrópole belo-horizontina (distância considerada a partir do centro de Belo Horizonte, passando pela Pampulha, Venda Nova, Justinópolis até o centro de Ribeirão das Neves), no vetor noroeste da RMBH e ocupa uma área de 154.18km². Faz limite com os municípios de Pedro Leopoldo ao norte, Vespasiano a nordeste, Belo Horizonte a Sudeste, Contagem ao sul e Esmeraldas a oeste. (FIG. 2).

O Município de Ribeirão das Neves é, oficialmente, constituído de dois distritos: o Distrito Sede, que fica no centro municipal e o Distrito de Justinópolis. Administrativamente, o município é dividido em duas regionais, em função das características diferenciadas e da localização. São elas a Regional Veneza⁷, que pertence ao Distrito Sede e a Regional Justinópolis, que pertence ao próprio Distrito de Justinópolis. Os acessos viários ao município acontecem pelas Avenida Presidente Antônio Carlos ou Avenida Cristiano Machado, em Belo Horizonte, chegando ao Distrito de Justinópolis; pela BR-040 (no sentido Sete Lagoas e Brasília), chegando à Regional Veneza; e ainda pela BR-010, que liga o Município de Pedro Leopoldo ao Distrito Sede. Destaca-se a rodovia LMG-806, interna ao município, que promove a ligação do Distrito de Justinópolis ao centro municipal e do centro a Regional Veneza.

O Distrito de Justinópolis possui um vínculo mais forte com a Regional Venda Nova, que pertence ao Município de Belo Horizonte do que com o próprio Distrito Sede, pela facilidade de acessos e sistema de transportes, sendo considerado uma expansão de Venda Nova, ou ainda, “uma periferia da periferia”. A Regional Veneza, fortemente influenciada pelo processo de periferização às margens da BR-040, também apresenta vínculo maior com Belo Horizonte e municípios limítrofes, em decorrência do acesso mais fácil e direto pelo eixo rodoviário. Cada uma dessas aglomerações urbanas do Município de Ribeirão das Neves apresenta, internamente, uma malha viária desarticulada e precária, que não favorece a circulação entre os diversos bairros e entre regiões. Nesse sentido, pode-se dizer que a relação espacial entre os distritos municipais é bastante tênue e desconexa, o que evidencia o processo desigual da ocupação territorial. A presença de grandes vazios e as conexões com o entorno configuram a articulação fragmentada do espaço: o “Arquipélago de Ribeirão das Neves”. (FIG. 3).

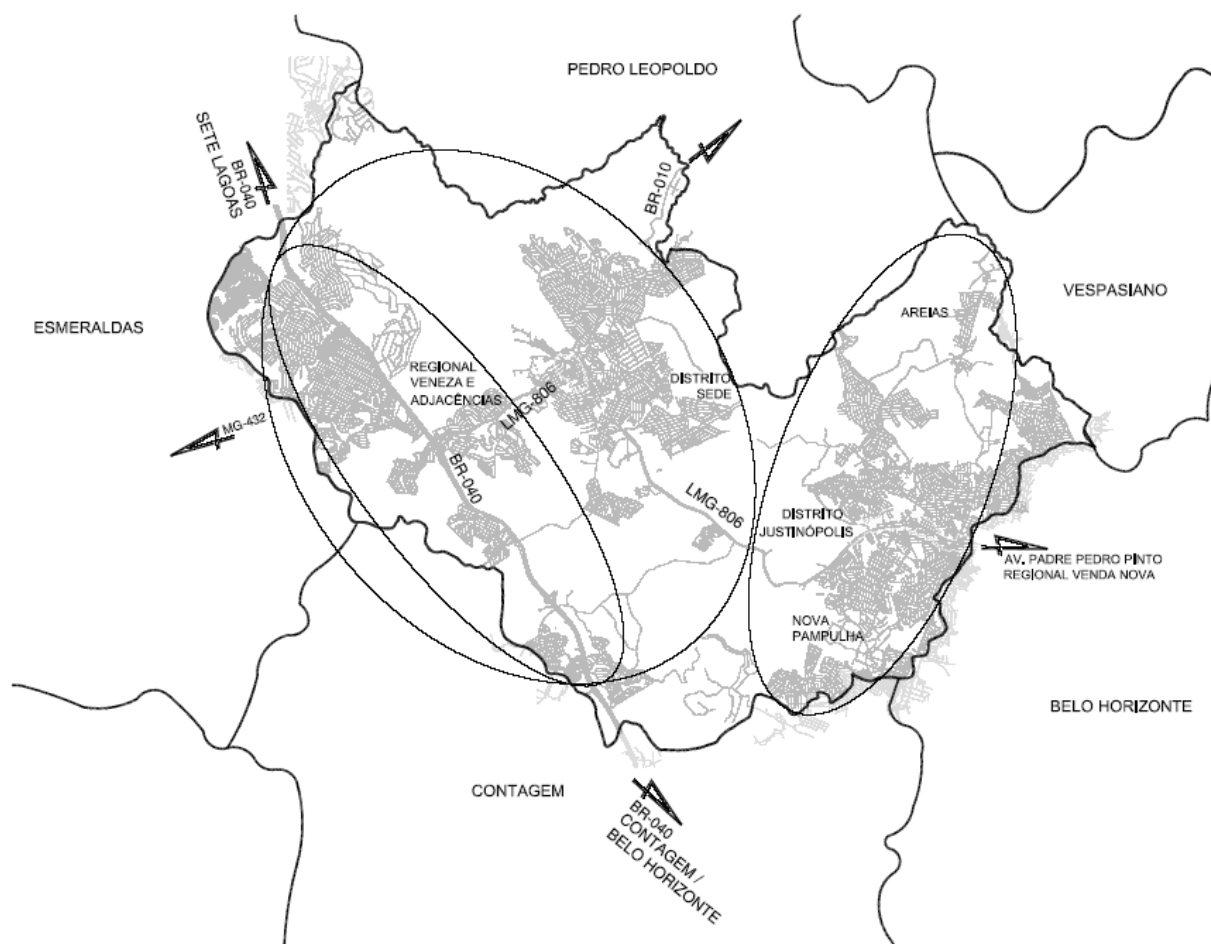


FIGURA 3 – O Arquipélago de Ribeirão das Neves

Fonte: Produzido pela autora, a partir de RIBEIRÃO DAS NEVES, 2006.

3.3. A conexão metropolitana: Ribeirão da Neves como “bairro popular”

Durante a década de 1970, na RMBH, o capital imobiliário passou a atuar, desde a produção de loteamentos populares desprovidos de serviços básicos, como foi o caso de Ribeirão das Neves, até a produção de condomínios fechados, localizados especialmente no eixo centro-sul, em setores estruturalmente privilegiados, como foi o caso de Nova Lima. Foi na década de 1970 que ocorreu a remoção de habitações populares e atividades informais incompatíveis com o *status* das áreas ricas e centrais.

Esta nova estruturação da região decorre do movimento clássico de expulsão dos trabalhadores para a periferia, reforçado, no caso da metrópole belo-horizontina, pela definição, a partir da ação estatal, de uma periferia industrial-residencial a oeste. Permite-se, assim, uma ‘expansão da centralidade metropolitana’. (MENDONÇA e COSTA, 2004, p. 77).

O impacto da “nova industrialização mineira” concentrou-se principalmente em Contagem. A implantação de um vasto número de indústrias neste município estendeu-se como polo industrial em direção ao município vizinho de Betim, e consolidou a tendência de expansão

da área urbana em direção ao eixo oeste da RMBH.⁸ Contudo, Costa (1983) ressalta que, se por um lado, os anos 1970 mostraram extraordinária performance econômica e industrial nas Minas Gerais, por outro lado, a situação da maioria da população era muito precária.

Outra questão que reforçou as diferenças socioespaciais foi a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, com a regulamentação da produção do espaço metropolitano. Até a metade da década de 1970, o controle sobre o uso da terra e seu parcelamento eram questões que diziam respeito às autoridades de cada município, não havendo regulamentação da terra a nível metropolitano. Em decorrência disso, a terra era, na grande maioria das vezes, comercializada em bases ilegais⁹. Segundo Costa (1983), essa organização foi proposital e acarretou o surgimento de novos loteamentos além do perímetro urbano, onde a terra era barata e a legislação não valia.

O Município de Contagem aprovou a Lei nº 962 em 1971, que estabelecia normas de parcelamento do solo e o Município de Betim aprovou a Lei nº 1033 em 1973, que dispunha sobre o planejamento urbano municipal. Em Belo Horizonte, a Lei nº 2662 de uso e ocupação do solo foi aprovada em 1976. A aprovação de legislação urbanística nesses municípios contribuiu para a redução da atuação dos agentes imobiliários responsáveis pela produção dos loteamentos destinados à população de baixa renda, os quais direcionaram sua atuação para os municípios que não possuíam legislação urbanística.

Ribeirão das Neves tornou-se, assim, uma das principais áreas de produção de loteamentos sem infraestrutura básica e de concentração de população de baixa renda na RMBH. De acordo com Costa (1983), durante a década de 1970, o Município de Ribeirão das Neves foi palco de um acelerado processo de integração periférica, que ocorreu essencialmente no Distrito de Justinópolis, em decorrência da sua localização na área de influência do vetor de crescimento do centro metropolitano em direção ao Distrito de Venda Nova. Nesse contexto, o mercado imobiliário encontrou em Ribeirão das Neves a oportunidade de dar continuidade ao processo clandestino de ocupação da região de Venda Nova. O crescimento de Justinópolis pode ser observado pelo aumento da quantidade de área loteada no município, entre os anos de 1950 a 1974, como mostra a TAB.1.

TABELA 1

Evolução dos loteamentos em Ribeirão das Neves								
	Sede		Justinópolis		Outros *		Total	
Período	m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
1950-1954	x	x	3.731.408	95	193.762	5	3.925.170	100
1955-1959	183,808	63,4	105.848	36,6	x	x	289.656	100
1960-1964	x	x	1.101.454	100	x	x	1.101.454	100
1965-1969	x	x	987.126	100	x	x	987.126	100

1970-1974	2.278.296	31,9	1.864.899	26,4	2.985.177	41,7	7.128.372	100
Total	2.462.104	18,3	7.790.735	57,9	3.178.939	23,8	13.431.778	100

Fonte: Costa, 1983.

(*) Loteamentos fora da Sede e de Justinópolis, mas sem localização conhecida.

Em suma, a partir da década de 1970, Ribeirão das Neves entra no cenário metropolitano, não mais como um “espaço-carcerário” exclusivamente, mas também como um “bairro popular”, palco de intenso processo de parcelamento do solo e ocupação do território por população de baixa renda, fragmentado internamente, embora articulado ao Município de Belo Horizonte.

3.4. A produção de loteamentos populares e a população

Segundo Costa (1983), foram identificados cento e dez loteamentos no interior do Município de Ribeirão das Neves pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL)¹⁰, entre as décadas de 1950 e 1970, sendo a maioria deles lançada no mercado na década de 1970. Noventa e seis desses loteamentos constituíam-se de lotes com área de até 360m² e apenas oito possuíam lotes com área entre 500m² e 1000m². A partir de levantamentos a respeito das condições qualitativas desses loteamentos, Costa (1983) caracterizou o produto final dessa intensa atividade imobiliária, que se deu em Ribeirão das Neves, com vistas exclusivamente aos segmentos da população de baixa renda: o loteamento popular¹¹.

Em relação à situação legal, as exigências estabelecidas pelo Município de Ribeirão das Neves, ao final dos anos de 1970, eram menos rigorosas do que as estabelecidas pelo conjunto metropolitano, o que proporcionava vantagens aos loteadores para implementarem seus projetos no município. Dos cento e dez loteamentos identificados, apenas 4,7% não foram aprovados pelas autoridades locais e somente 7,4% foram aprovados pelo PLAMBEL (desconsiderando-se os quarenta e dois loteamentos que foram aprovados pelo município antes que a aprovação pelo PLAMBEL passasse a ser uma exigência metropolitana). É importante ressaltar que a grande maioria dos projetos foi implementada no território de Ribeirão das Neves, mesmo não tendo correspondido aos critérios regulamentados pelo PLAMBEL, fato que demonstra os altos níveis de permissividade e precariedade contidos em sua produção.

No ano de 1975, o poder público de Ribeirão das Neves estabeleceu requisitos para a reserva de áreas para uso coletivo no interior dos loteamentos¹², que, em uma primeira análise, pareciam permissivos; entretanto, quando comparada com a legislação de outros municípios da região, a permissividade da legislação de Ribeirão das Neves ficava ainda

mais evidente. Mesmo assim, a maioria dos loteamentos implementados em Ribeirão das Neves não cumpria nem mesmo os requisitos definidos pelo poder público local, apontando para sua ilegalidade.

A provisão de serviços urbanos básicos nos loteamentos de Ribeirão das Neves era praticamente inexistente, à exceção da iluminação pública e energia elétrica, chamando atenção a completa ausência de saneamento básico. A ausência de infraestrutura urbana foi, junto com a ausência de regulamentação do uso do solo, elemento fundamental na decisão dos agentes imobiliários quanto à escolha da região para a implantação dos loteamentos, pois não agregava valor ao preço da terra. É importante salientar que qualquer elemento que pudesse influenciar o aumento do preço da terra acima de um determinado nível ou reduzir o lucro do incorporador inviabilizaria todo o negócio.

Somado à permissividade, precariedade, ilegalidade e ausência de infraestrutura básica, os loteamentos apresentavam baixo nível de ocupação, o que demonstra uma característica do processo de periferação, onde a expansão das áreas urbanas produz assentamentos com tão mais baixa densidade quanto mais distantes do centro da metrópole, dos locais de emprego, comércio e serviços eles estejam. São ainda razões que explicam o baixo nível de ocupação, a retenção de lotes para especulação imobiliária ou a incapacidade dos compradores em assumir mais custos com a construção da moradia, além do dinheiro já investido com a compra do lote.

Vários são os fatores que podem explicar a dinâmica do processo de parcelamento do solo no Município de Ribeirão das Neves, especialmente durante a década de 1970. Costa (1983) baseia-se em dados do PLAMBEL e sugere que o loteamento, mesmo em condições precárias, era vantajoso ao poder municipal, uma vez que possibilitava a cobrança do Imposto Territorial Urbano. Sousa (2008) sugere que a omissão do poder público municipal frente a esse processo decorre da “baixíssima capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos”. Argumenta-se, contudo, que também estavam em jogo interesses privados de grupos proprietários da terra que exerciam forte influência sobre o governo municipal, que, por sua vez, limitava-se a agenciar negócios imobiliários pouco ou nada regulados, sem levar em conta os problemas urbanos, resultando em um contínuo processo de desqualificação do espaço municipal.

A interrelação entre o poder público no Município de Ribeirão das Neves, que legislava sobre o uso do solo com altíssima permissividade e sem condições de fornecer a infraestrutura coletiva básica, e os agentes imobiliários, que produziam os loteamentos populares via estratégias que objetivavam o mais alto lucro, acabaram por contribuir para a produção de uma forma urbana não estruturada, incompleta e instável.

Sousa (2008) analisa o processo de formação de Ribeirão das Neves a partir de dados do PLAMBEL, referentes ao processo de parcelamento e de ocupação do território e o consequente crescimento demográfico. Tendo por base os dados da pesquisa de Sousa do período de 1970 a 2000, busca-se dar continuidade às análises de Costa (1983), referentes à produção dos loteamentos populares em Ribeirão das Neves, e destacar a estruturação do território dessa periferia metropolitana, fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial.

Depois do boom imobiliário e do intenso crescimento populacional do qual o Distrito de Justinópolis foi palco, principalmente entre os anos 1970 a 1976, quando foram aprovados treze mil e duzentos lotes, iniciou-se uma nova frente de expansão metropolitana, na região às margens da BR-040 (sentido ao Município de Sete Lagoas), pertencente ao Distrito Sede. Foram aprovados na região, pelo poder público municipal, entre os anos de 1976 e 1982, dez mil e trezentos lotes populares, distribuídos em loteamentos como o Jardim Colonial, Veneza, Cidade Neviana, entre outros. Vale ressaltar que o Veneza constituía-se de três mil, novecentos e sessenta e três lotes quando foi aprovado, em 1978, sendo o maior loteamento da região. Já o Vale do Ouro, aprovado em 1976, foi destinado a chácaras de lazer para a população de rendas média e alta, diferenciando-se do restante dos loteamentos tanto espacial quanto socialmente. Na década de 1990, dos vinte loteamentos aprovados no Distrito Sede, quase 50% estavam localizados na área às margens da BR-040, como o Vereda, o Napoli, o Jardim Colonial (expansão), o Fazenda Castro, o Franciscadriangela, etc, somando-se oito mil, quatrocentos e setenta e nove lotes aos já existentes e reafirmando a área de expansão da RMBH. Quanto à qualidade dos loteamentos, observa-se a perpetuação dos processos de desqualificação do espaço municipal, da consolidação de uma periferia metropolitana carente de legitimidade urbanística.

Anteriormente à Lei Federal 6766 de 1979, esses loteamentos obedeciam aos padrões de exigência da época: oferecia-se apenas o lote e o comprador deveria aguardar do poder municipal os serviços propriamente urbanos – água, luz, calçamento e esgoto. Até 1979, nenhum desses era servido por infra-estrutura básica. (SOUSA, 2008, p. 276).

Contudo, é notório que, também os loteamentos produzidos após 1979 possuem estrutura urbana muito precária e, como exemplo, podemos citar os loteamentos que deram origem aos bairros Franciscadriangela, Jardim Verona, Fazenda Castro, Luana e outros. Também o Belvedere e o Alterosa, que foram aprovados no ano de 2001 e que, juntos, possuem aproximadamente dois mil e quinhentos lotes, cujas áreas variam de 360m² a 500m², exprimem características que definem o padrão popular dos loteamentos implementados no território municipal: permissividade e precariedade. Sousa (2008) ainda ressalta a existência de parcelamentos clandestinos e a existência de várias favelas no município¹³.

O intenso processo de parcelamento do solo alterou radicalmente o perfil demográfico do município, que revelou taxas muito altas de crescimento populacional. O Distrito de Justinópolis apresentou taxa de crescimento populacional de 27,2% durante a década de 1970, em decorrência da expansão metropolitana periférica em direção a Venda Nova, e de Venda Nova a Justinópolis. Na sequência, pode-se observar que, a partir da década de 1980, as taxas de crescimento do Distrito Sede (considerando-se que a população da região às margens da BR-040 está aí incluída), são maiores que as taxas de Justinópolis na mesma época, reafirmando a dinâmica de estruturação de uma nova periferia. As taxas de crescimento da população de Ribeirão das Neves e Belo Horizonte podem ser observadas no GRAF. 1.

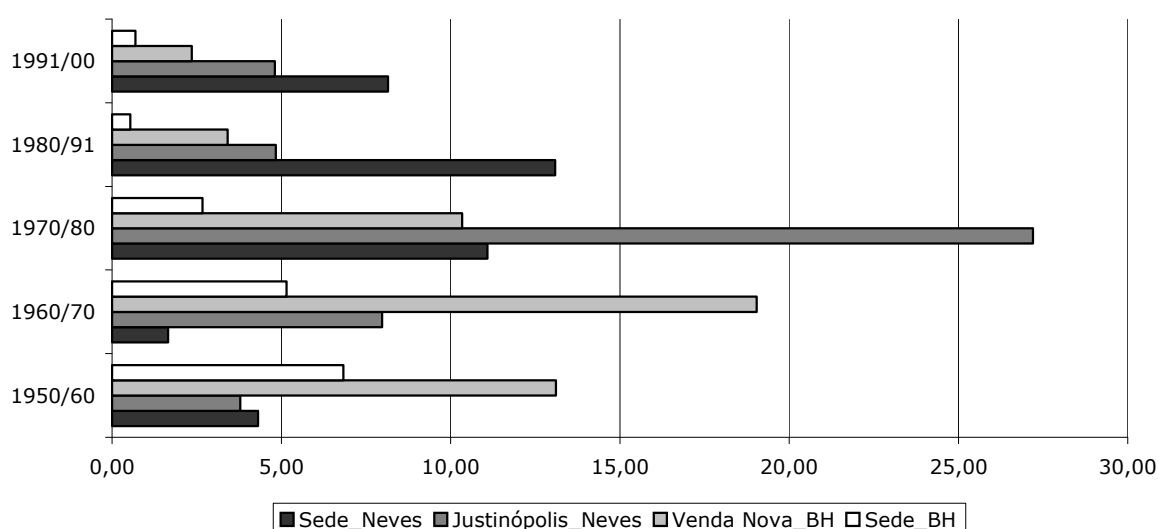


Gráfico 1: Taxas de crescimento da população de Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, por distritos.

Fonte: Produzido pela autora, a partir do IBGE, 1950-2000.

Observa-se que o crescimento populacional de Ribeirão das Neves acompanhou o intenso processo de parcelamento de seu solo urbano, afirmando a estruturação de uma periferia metropolitana altamente adensada. Entretanto, tal crescimento populacional não foi gerado por novos investimentos e oportunidades de novos trabalhos ou pela implementação de atividade produtiva e perspectiva de sucesso futuro, mas sim pela inserção do município no processo de expansão periférica da metrópole belo-horizontina.

3.5. Ordenação metropolitana: do centro para a periferia

Mendonça (2002) esclarece que já nos anos 1970 ocorreram alterações significativas no ritmo de crescimento populacional da RMBH, quando o crescimento das áreas periféricas já foi maior que o crescimento da capital. As periferias foram palco de forte movimento migratório, em decorrência sobretudo do grande contingente de imigrantes procedentes do

Município de Belo Horizonte, e de altas taxas de crescimento industrial. A metropolização se adensou a oeste, norte e nordeste.

Os maiores receptores de migrantes intrametropolitanos na década de 1970 foram Contagem, no Eixo Industrial, e Ribeirão das Neves, na periferia norte. [...] Contagem recebeu 43,4% dos emigrantes de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves recebeu 21,2%. Além dos dois municípios, também Santa Luzia, Sabará e Betim juntos receberam 24,7% dos emigrantes da capital. (RIGOTTI e RODRIGUES, 1994 *apud* MENDONÇA, 2002, p. 51-52).

Nos anos 1980 o padrão de crescimento se consolidou e, à desconcentração populacional das áreas centrais passou a corresponder o adensamento das áreas periféricas. Assim, a lógica de expansão do centro em direção à periferia afirmou-se a partir da incorporação de espaços cada vez mais distantes do núcleo central, para onde foram expulsos os segmentos de baixa renda, mas que continuaram dependendo da centralidade urbana para sua reprodução. Essa centralidade, por sua vez, elitizou-se e aprofundou-se o movimento de autoss segregação das camadas dirigentes. Os anos 1990 também apresentam menor crescimento das áreas centrais e a permanência de altas taxas de crescimento demográfico nos municípios periféricos.

Segundo Mendonça (2002), A RMBH inaugurou o século XXI sem mudanças estruturais significativas, ou seja, predominaram as profundas desigualdades socioespaciais e a prevalência, no nível macro, do padrão centro-periférico. Consolidou-se o distanciamento físico entre ricos e pobres, estes continuamente empurrados para as periferias mais distantes e empobrecidas. Ao analisar a distribuição de renda per capita na RMBH, observa-se uma forte centralidade na qual a população recebe altos salários, centralidade esta que se estende ao sul e, por outro lado, observa-se municípios periféricos com uma população empobrecida, chamando a atenção o Município de Ribeirão das Neves, como se vê na FIG.

4.

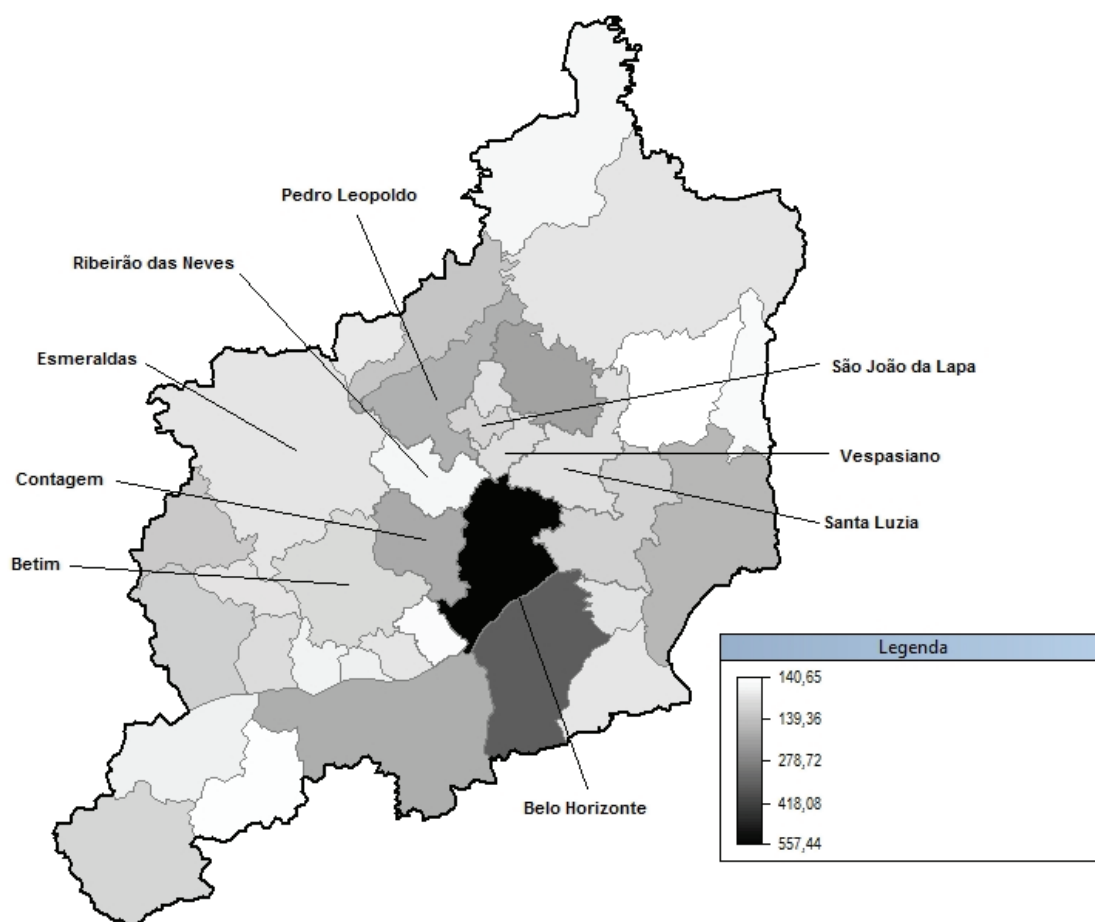


FIGURA 4 – Distribuição de renda per capita na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

Como vimos, Ribeirão das Neves inseriu-se no processo da expansão periférica metropolitana a partir da década de 1970 e cresceu a taxas recordes, recebendo uma população de baixa renda sobretudo em busca de moradia. De acordo com Censos Demográficos do IBGE, com um contingente de 9.707 (nove mil, setecentos e sete) habitantes em 1970, o município passou a ter 67.257 (sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete) em 1980, 143.853 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três) em 1991 e 246.589 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove) em 2000. E a estimativa do tamanho da população municipal, para o ano de 2006, foi de 322.969 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e nove) habitantes.

Pelo seu histórico de ocupação em relação às áreas mais centrais de Belo Horizonte e mesmo em relação a outras periferias próximas, como Contagem e Betim, Ribeirão das Neves tornou-se um local de pouca intensidade de valorização fundiária. De acordo com

Ribeiro (1997), a análise da relação entre estruturação do espaço urbano e a renda da terra na cidade ganha relevância quando se sabe que existe estreita ligação entre valorização fundiária e investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos urbanos e, somado a isso, a conhecida incapacidade do governo de intervir nos mecanismos de valorização da terra. Ainda de acordo com o autor, uma das problemáticas que gira em torno da formação e renovação das cidades, é o fato de que nela serão produzidos somente objetos imobiliários que ofereçam rentabilidade, pois os incorporadores buscam acesso ao mais rentável uso econômico da terra. Elementos de infraestrutura urbana e equipamentos coletivos podem ser necessários à produção e circulação de mercadorias no espaço urbano, mas não são rentáveis ao capital e, portanto, deixam de ser produzidos, a não ser que o Estado assuma o custo.

Argumenta-se que são comuns as participações cruzadas de estruturas de governo, empreendimentos de infraestrutura e desenvolvimento imobiliário, havendo fortes indícios de que essa relação confirme e acentue a dinâmica de produção de espaços diferenciados de reprodução social, marcados pelas desigualdades e segregação socioespacial. Se, por um lado, expandem-se as áreas habitacionais ricas, localizadas em franjas urbanas que constituem-se em extensões “naturais” da centralidade metropolitana, por outro lado proliferam as periferias pobres, desprovidas de serviços básicos e cada vez mais distantes do centro. As camadas mais pobres da população acabam sendo expulsas dos centros para as periferias, despojadas da cidade, expropriadas dos melhores resultados de suas próprias atividades, vítimas da corrida do capital pelos sobrelucros de localização.

Segundo Costa (1994), a ordenação do espaço a partir do centro em direção às periferias pode ser entendida como consequência do mercado imobiliário, com o controle do acesso à cidade pelo mercado de terras e a ação do Estado, no sentido de produzir e qualificar espaços para incentivar determinados tipos de ocupação. Nesse sentido, cabe ressaltar, ainda, que o “padrão periférico de produção das periferias urbanas/metropolitanas”, no dizer de Costa (2006), manifesta-se perversamente através da lógica imobiliária voltada para as camadas mais pobres da população, que paradoxalmente associa acesso à terra e exclusão dos serviços urbanos básicos.

Tem-se que as formas de atuação dos agentes que intervêm no território do Município de Ribeirão das Neves, notadamente o Estado e o capital imobiliário privado, acabaram por gerar um espaço periférico pobre, fraturado e desarticulado internamente. Embora subordinado e comandado pelo Estado, que tinha (e tem) o município como um seu “espaço-carcerário”, a disponibilidade de recursos para fazer frente à demanda por serviços públicos e infraestrutura urbana sempre foi escassa. Além disso, Ribeirão das Neves é marcado, desde sua origem, por atividades econômicas e inserção industrial muito pouco

expressivas, incapaz de absorver grande parte da sua força de trabalho, que apresenta altas taxas de movimento pendular¹⁴. Assim, o município ofereceu, aos loteadores, as condições ideais para a produção do loteamento popular, pois este mercado privilegiava as áreas sem investimento público, por serem financeiramente mais acessíveis. Segundo Costa (1994), o produto final, o lote, deveria ter o custo mais baixo possível para atender a um mercado potencial o mais amplo possível. Pode-se concluir que o produto gerado possuía péssimas condições em termos qualitativos e, em termos quantitativos, apresentou dimensões alarmantes. Ressalta-se que a construção da moradia em si era o primeiro custo a ser eliminado do negócio, sendo totalmente assumido pelo comprador do lote popular.

4. NOTÍCIAS DE RIBEIRÃO DAS NEVES...

4.1. Da produção da habitação

Ribeirão das Neves foi palco da dinâmica do capital imobiliário que resultou em uma produção habitacional caracterizada pela autoconstrução. A liberdade e permissividade com que se processou, durante décadas, o processo de parcelamento do solo municipal, sem projeto nem obras, foram decisivas para a difusão da forma autoconstruída de produção da moradia. Principalmente com a autoconstrução que o município foi se construindo, e a maioria da população foi resolvendo seu problema de moradia, revelando um quadro de carências, grande precariedade das habitações e do conjunto urbanístico do município.

Kowarick (1979) abordou a questão habitacional e argumentou que, apesar de existirem, no processo de produção da habitação, empresas de porte industrial bem como unidades com características manufatureiras, as classes trabalhadoras solucionavam seu problema de moradia com o aluguel de habitações deterioradas, de barracos em favelas e com a autoconstrução de residências. Esta que era, essencialmente, uma solução de subsistência. O autor apontou para o fato de que a produção capitalista organizava-se, “não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que era privadamente apropriado.” (Kowarick, 1979, p.56).

Ainda de acordo com Kowarick (1979), a questão habitacional estava atrelada aos investimentos em infraestrutura de serviços, que, por sua vez, constituíam-se em fator determinante do preço final da terra e, por consequente, das moradias. Com isso, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários e os investimentos públicos colocaram-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do setor imobiliário-construtor.

Basicamente são três os empreendimentos habitacionais direcionados à população de baixa renda produzidos pela indústria (capitalista) da construção em Ribeirão das Neves. Trata-se de uma produção muito pouco significativa, diante do tamanho da população que atualmente reside no município.

Produzido pelo Estado via Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 1980, o Conjunto Habitacional Nova Pampulha foi o primeiro empreendimento habitacional de grande porte implementado no Município de Ribeirão das Neves, cuja construção perpassa o perímetro municipal e alcança áreas dos municípios de Belo Horizonte e Contagem, dando início ao processo de conurbação¹⁵ entre os três municípios. Localizado no extremo sudeste do Distrito de Justinópolis, próximo à região da Pampulha, o conjunto constitui-se de 480 unidades residenciais, distribuídas em casas, casas geminadas, prédios de 2 e 3 pavimentos, cujas áreas variam entre 45m² a 74m² aproximadamente. O projeto previa áreas verdes e áreas reservadas para os equipamentos comunitários, tais como centro social, centro comunitário e centro comercial.

O Residencial Capela, empreendimento da Construtora Tenda construído no final da década de 1980, localiza-se na Avenida Civilização, no Distrito de Justinópolis, numa área de 22.500m². Constitui-se de 23 blocos com 5 pavimentos, sem elevador, 20 apartamentos por bloco, totalizando 460 unidades residenciais, com área de aproximadamente 45m². Além disso, o empreendimento possui guarita, área de lazer com quadra esportiva, playground, quiosques, restaurante, vestiários, capela e ainda 7 lojas voltadas para a avenida.

O Residencial Canadá, também da Construtora Tenda, construído no final da década de 1990 e início da década de 2000, é um grande conjunto dividido em 3 residenciais independentes (Toronto, Quebec, Montreal) que totalizam 644 unidades residenciais. Localiza-se na Avenida A, no Bairro Nova Pampulha, Distrito de Justinópolis, próximo à área de conurbação com a Pampulha e Contagem. O Toronto tem 15 blocos com 6 pavimentos, sem elevador, totalizando 360 unidades residenciais. O Quebec possui 7 blocos com 5 pavimentos, sem elevador, totalizando 140 unidades residenciais e o Montreal constitui-se de 6 blocos com 6 pavimentos, sem elevador, totalizando 144 unidades residenciais. Até o momento, apenas o Residencial Toronto está entregue e habitado. O Residencial Quebec encontra-se em construção e o Montreal ainda não tem previsão para o início das obras. Ressalta-se ainda a construção de uma grande Estação Elevatória de Esgoto, com capacidade de atender todo o empreendimento. As obras da Estação foram executadas pela própria construtora com o apoio técnico da COPASA.

Ao analisar as plantas dos apartamentos, tanto do Capela quanto do Canadá e as propostas de implantação, observa-se o baixo padrão das condições de habitabilidade, demonstrando o alto grau de permissividade da legislação municipal ao aprovar os empreendimentos.

Constata-se ainda que a construção de moradias populares por empresas particulares encontrava-se fundamentada em uma austera estética funcionalista de produção voltada ao consumo de massa de imóveis homogêneos e de estrutura rígida, evidenciando a importância da uniformidade e da padronização para se alcançar uma produção em série de alta densidade, em um tempo de produção cada vez mais reduzido. O preço da terra e a inabilidade do poder público municipal em regular as edificações foram fatores que determinaram a escolha do local para a implantação dos empreendimentos de habitação popular.

De acordo com Mendonça (2008), que apresenta um panorama da produção de moradias na RMBH, atualmente estão em fase de aprovação na Prefeitura Municipal cerca de três empreendimentos da Construtora Probase, com média de trinta e seis unidades residenciais cada, além de um empreendimento da Construtora Passos, com aproximadamente quinhentas unidades residenciais.

O Residencial Savajus (que será construído no antigo Clube Savajus, em Justinópolis), da Construtora Asacop, com aproximadamente quatrocentas unidades residenciais, foi aprovado no início do ano 2009. Sabe-se ainda que dois projetos da Construtora Tenda foram aprovados no ano de 2007 pela Prefeitura Municipal: o Morada dos Girassóis, com cerca de duzentas unidades habitacionais em edifícios de quatro pavimentos sem elevador e o Duo Xangrilá, com cerca de cem unidades habitacionais em predinhos de dois pavimentos. No entanto, ainda não há definição, por parte da empresa, se serão efetivamente implantados, em decorrência de novos estudos de viabilidade financeira que estão sendo desenvolvidos.

A tipologia dessas edificações que estão sendo aprovadas ultimamente no município é, predominantemente de conjuntos verticais com quatro pavimentos e área de aproximadamente 45m² por unidade. Entretanto, Mendonça (2008) apresentou uma nova tipologia está sendo lançada no município pela Construtora Probase, que constitui-se em condomínios horizontais, com casas geminadas de aproximadamente 45m² cada uma, destinadas à população cuja renda familiar mensal está entre três e seis salários mínimos. Esta tipologia tem sido campeã de vendas da empresa e, uma vez adquiridas, as moradias são entregues em até noventa dias, demonstrando a agilidade no processo de produção e em consequência, um rápido retorno do capital investido.

Apesar de haver projetos da indústria da construção que propõem uma alteração ascendente no padrão da moradia no Município de Ribeirão das Neves, não podemos nos referir ainda a alterações socioespaciais estruturais. Os projetos são pontuais e a grande maioria da população ainda permanece sem condições de acesso à esta forma de produção

da moradia. A importância quantitativa da autoconstrução junto à população de Ribeirão das Neves mostra como a indústria (capitalista) da construção é pouco importante na produção da habitação popular neste espaço periférico.

4.2. Do Plano Diretor

A partir da análise do Plano Diretor Municipal de Ribeirão das Neves (PD), observa-se uma vontade política no sentido de implementar mudanças na estrutura do município, seja por ações que valorizem os potenciais socioeconômicos do município, seja pela incorporação de novas diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano e para o controle do crescimento da população, seja pela incorporação da dimensão ambiental nos processos de regulação urbana, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município.

As principais “anomalias” que comprometeram o desenvolvimento do município, apontadas pelo Relatório de Diagnóstico e Diretrizes Básicas do PD, foram a estrutura fundiária muito fragmentada; o estigma de cidade-presídio; a ausência de política urbana adequada capaz de controlar a ação do mercado imobiliário; o crescimento demográfico acelerado; a ausência de uma política de desenvolvimento capaz de revelar e ampliar as potencialidades do município.

Com vistas às “anomalias” levantadas, o PD de Ribeirão das Neves definiu os objetivos a serem alcançados, entre eles, a regulamentação da ocupação e uso do solo urbano; a criação de unidades de preservação do patrimônio ambiental (APAs); a melhoria das condições de articulação do tecido urbano municipal e a melhoria das condições de mobilidade urbana; a melhoria das condições de saneamento ambiental, entre elas, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, limpeza pública; desenvolvimento do potencial econômico do município, entre outros.

O PD de Ribeirão das Neves também estabeleceu as diretrizes com as quais a propriedade urbana deve cumprir sua função social, atendendo aos objetivos e às exigências de ordenação da cidade, como: a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), objetivando minimizar os problemas de loteamentos e condomínios residenciais; a recuperação e preservação dos recursos naturais e criação de unidades de preservação ambiental; a criação de mecanismos capazes de inibir o crescimento populacional; a aplicação e fiscalização da legislação urbanística de ordenamento e controle do parcelamento do solo, desestimulando novos parcelamentos para fins residenciais e estimulando o desenvolvimento industrial, agroindustrial e de transportes; o estímulo ao setor primário, oferecendo áreas livres e vazios urbanos; o estímulo ao setor secundário com a implantação de distrito de indústrias de base tecnológica; o estímulo ao setor terciário

com o fomento de feiras permanentes e shoppings populares; a exigência de obras completas de infraestrutura para os novos parcelamentos, entre elas sistema de redes coletoras e estações de tratamento de esgoto (ETEs), na fase de licenciamento de instalação e a exigência de licenciamento ambiental para os projetos de parcelamento do solo; a definição de novo perímetro municipal contendo as áreas urbana e de expansão urbana; a garantia, na aprovação de novos loteamentos, da continuidade e articulação do sistema viário existente, entre outras.

A análise da LUOS, aprovada em 2006 e em consonância com o disposto no PD, definiu os parâmetros urbanísticos que devem nortear a estruturação do espaço municipal. Percebe-se que os mecanismos usados na definição dos zoneamentos de uso preferencialmente residencial para as áreas urbanas e áreas de expansão urbana, buscam controlar a densidade da ocupação residencial, com a predominância de áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade e via criação de modelos de parcelamento do solo diferenciados pelo tamanho do lote. Observa-se, ainda, que os parâmetros urbanísticos definidos especialmente nas áreas de expansão urbana buscam promover a implantação de atividades econômicas industriais, comércio varejista, galpões, serviços como oficinas, transportadoras, etc.

Pode-se dizer ainda que os parâmetros definidos na LUOS apresentam uma clara intenção de barrar os mecanismos históricos de acesso à terra pela população de baixa renda ao mesmo tempo em que tenta incentivar algumas características elitistas no acesso à terra. Nota-se que há a delimitação de áreas destinadas a chácaras e sítios de recreio, nas quais são permitidas ocupações unifamiliares em lotes de área maior que 2.000m², e onde será permitido o remembramento de lotes somente para a implantação de espaços e equipamentos de lazer como praças de esporte e campos esportivos, clubes recreativos e similares.

Especula-se que essa regulamentação urbanística não vai de encontro aos interesses de incorporadoras e construtoras. Como comentado, os agentes imobiliários direcionados aos segmentos de baixa renda produzem habitações de alta densidade de ocupação e com baixos padrões urbanísticos. Nesses casos, temos novamente forças opostas aos interesses municipais.

Além disso, o PD de Ribeirão das Neves parece ser um rol de proposições difusas e não hierarquizadas. A falta de prioridades e objetividade se associa ainda à pouca ou nenhuma capacidade financeira local para implementar qualquer uma das metas do PD sem a ajuda do Estado, que aparentemente tem o município apenas como seu “espaço-carcerário”.

4.3. Dos conflitos entre o “bairro popular” e a “cidade-presídio”

Atualmente, moradores de Ribeirão das Neves unem-se em associações populares¹⁶ para lutar por melhorias em processos relevantes e crônicos, entre eles, a falta de infraestrutura, a má qualidade dos serviços públicos, o estigma de “cidade-presídio” e “cidade-dormitório”, a insegurança, a violência e a miséria evidente.

Alguns grupos da sociedade civil, têm se mobilizado prioritariamente em torno do combate à expansão dos presídios. O Governo do Estado possui mais um projeto para a implementação, em Ribeirão das Neves, de um novo complexo presidiário¹⁷, com vagas para mais de três mil detentos, a ser implementado por meio de Parceria Público Privada (PPP). Apesar das manifestações de repúdio popular contra a construção do complexo, o contrato para o início das obras já foi assinado pelo Governador Aécio Neves e a previsão é de que o primeiro dos cinco pavilhões a serem construídos inicie as operações no final do ano de 2010.

Também foram anunciadas no início de 2009, como parte dos Projetos Estruturadores do Governo do Estado, as obras de duplicação da rodovia LMG-806. As obras incluem a duplicação de oito quilômetros do trecho da estrada que liga o Distrito de Justinópolis ao Distrito Sede, passando dos atuais sete metros de largura para quatorze metros, além dos acostamentos em cada lateral, e mais canteiros centrais e passeios.

Vale salientar que é nesse trecho da rodovia que se localizam as penitenciárias Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, a Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves e a Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond. Além disso, o Centro de Detenção Provisória, que constitui-se em parte desse novo projeto provavelmente será implantado também às margens da LMG-806, em terreno que pertence ao Estado.

Como na origem do município, os processos decisórios são comandados e coordenados pelo Estado, “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, como instância de poder superior e separada da política local. Há, portanto, forças políticas em conflito: de um lado um “bairro popular” e de outro uma originária “cidade-presídio”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica de expansão metropolitana centro-periferia mostrou-se em sua plenitude em Ribeirão das Neves. A concentração de uma população de baixa renda, a falta de uma base econômica capaz de absorver parte dessa força no local de assentamento e a falta de recursos públicos para fazer frente à demanda de serviços e infraestruturas decorrentes do

acelerado processo de ocupação são fatores que desenham um quadro de miséria, carência e exclusão.

Um aspecto histórico a se considerar é o fato de que Ribeirão das Neves nunca se constituiu em uma cidade. Cidade entendida como espaço político e sócio-cultural, que, de acordo com Monte-Mór (2006), é o lócus da tríade do excedente coletivo, do poder político e da festa. Por isso a metáfora de um “arquipélago” ilustra o espaço fragmentado, desarticulado e com identidades frágeis, que caracterizam esse território municipal. Sua inserção na RMBH é periférica e subordinada com uma posição dual e contraditória: “bairro popular” em uma originária “cidade-presídio”, controlada por fora, pelo Estado.

Por outro lado, os atuais PD e LUOS buscam promover um processo de mudança na formulação de políticas urbanas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e conter a perpetuação do padrão de urbanização que disseminou-se no território municipal, marcado pela ilegalidade urbana e desintegração interna.

Entretanto, é importante ressaltar que, ao barrar o acesso às terras do município para migrantes pobres, numa clara tentativa de implementar características elitistas nas zonas de expansão, evidencia-se e perpetua-se a dinâmica de ocupação centro-periferia e perpetua-se o processo de expansão altamente segregador da RMBH, na medida em que o operariado e as classes trabalhadoras de baixa renda vão sendo rejeitados para as periferias cada vez mais distantes da cidade. São vítimas da miséria do habitat e das contradições de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

ABSTRACT

This text analyzes the sociospatial segregation in the metropolis of Belo Horizonte, looking at the process of urban expansion towards the Municipality of Ribeirão das Neves. The analysis has for reference the hypothesis that, even though there are indications of the formation of new polarities in the contemporary metropolis, the center-periphery logic of urban occupation subsists until today, and Ribeirão das Neves is an example of such an urban organization.

Keywords: Segregation. Periphery. Dwelling. Ribeirão das Neves.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n.47, p.179-192, mar. 1997.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- COSTA, Heloisa Soares. *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil*. 1983. Londres: The Architectural Association Planning Department. (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Heloisa Soares. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 51-77.
- COSTA, Heloisa Soares. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, Heloisa Soares et al.. *Novas Periferias Metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. p.101-124.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2000.
- IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo, mesorregiões, microrregiões, regiões metropolitanas, distritos, subdistritos e bairros*. Rio de Janeiro, 2001.
- JACOBS, Jane. Cities first – rural development later. In: JACOBS, Jane. *The economy of cities*. New York: Random House, 1969.
- KOWARICK, Lúcio. Autoconstrução de moradias e a espoliação urbana. In: *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 55-74.
- MENDONÇA, Jupira Gomes. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2002. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- MENDONÇA, Jupira Gomes. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, Jupira Gomes; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p.119-158.
- MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloisa Soares. Entre a homogeneização e a diversidade: segregação socioespacial na metrópole belo-horizontina e as especificidades do eixo sul. *Espaço e Debates*, v.24, n.45, 2004. p.75-86.
- MENDONÇA, Jupira Gomes (Coord.) Panorama do mercado imobiliário de produção de moradias na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2008. Relatório final do projeto de pesquisa “Papel da atividade...”
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p.11-27.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. *O que é urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006.
- PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1827-1970*. Belo Horizonte: [s.n], 1979. 2v.

- PLAMBEL. Plano de ocupação do solo do município de Ribeirão das Neves *apud* COSTA, Heloisa Soares. *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil*. 1983. Londres: The Architectural Association Planning Department. (Dissertação de Mestrado).
- RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Legislação de uso e ocupação do solo do município de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.33p.
- RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Plano diretor do município de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.31p.
- RIBEIRÃO DAS NEVES. Arquivo Público da Prefeitura Municipal. Inventário. Ribeirão das Neves: PMRN, 2008.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.
- SOUSA, Elieth Amélia. Ribeirão das Neves: A formação do espaço periférico. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; FARIA, Carlos Alberto Pimenta de. (Org.). *Metrópole: território, sociedade e política - O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008. p.265-293.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Mendonça (2002) faz uma análise sobre a noção de segregação no sentido de precisar o conceito adequadamente à dimensão da segregação social expressa no espaço residencial urbano. No dizer da autora, Grafmeyer (1994) *propõe três abordagens da noção de segregação, em geral restritas à dimensão residencial e conceitualmente distintas, que correspondem a três dimensões da estruturação das cidades contemporâneas: a segregação enquanto expressão da hierarquia social, enquanto expressão das lutas pela ocupação de posições na hierarquia social, enquanto expressão de reconhecimento simbólico coletivo, de identidade e de posição relativa, que exclui o outro*. (MENDONÇA, 2002, p.14)

² No contexto brasileiro, associa-se às periferias urbanas metropolitanas as regiões distantes do núcleo central da metrópole, seja distância física ou distância social, caracterizadas por níveis muito baixos de infraestrutura básica e onde vive uma população de baixa renda frequentemente dependente e subalterna ao núcleo central. Mendonça (2002) observa que tanto a distância social quanto a física ocorrem nas cidades contemporâneas. As favelas são exemplos de proximidade física simultânea a uma enorme distância social em relação às categorias dirigentes. Já os grupos mais pobres da população que habitam a longas distâncias do centro metropolitano são exemplos de que a distância social pode também acontecer simultaneamente à distância física.

³ Atualmente, a antiga PAN chama-se Centro de Recuperação José Maria Alkimim, localiza-se na Praça da Esplanada do Distrito Sede do Município de Ribeirão das Neves e constitui-se na penitenciária mais antiga do Estado, com 70 anos, desde sua inauguração.

⁴ A partir da implantação da penitenciária agrícola, “[...] Neves não só deu o primeiro passo para ser considerada ‘cidade-presídio’, como também dá o primeiro passo para inserir-se no processo de metropolização, tornar-se periferia de Belo Horizonte e cidade-dormitório [...] pois apresenta forte dependência em relação ao núcleo central da RMBH, no que tange às concentrações de atividades e de emprego.” (SOUSA, 2008, p.267).

⁵ Mobilizações populares rejeitaram com veemência a instalação de mais uma unidade prisional no município. Entretanto, as manifestações nas ruas e participações da sociedade civil em audiências públicas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, além de um abaixo-assinado com quarenta mil assinaturas da população nevensense, encaminhado ao governo do Estado, não impediram a construção do presídio, que atualmente funciona com sua capacidade lotada.

⁶ Indústrias de fabricação de cerâmica que se destacam no município são Braúnas, Jacarandá, Marbeth, Ipê, Luve, Metropolitana, Tijolão, Iolanda, Águia Branca, Asa Branca. Destacam-se também

as indústrias Prima Linea, Hypofarma, Refrigerantes Del Rey, Doimo do Brasil, Móveis Augusta, Ematex, Bel-química, Raiman Bombas, Plastubos, Fábrica de Cachaça Áurea Custódio, dentre outras.

⁷ O Bairro Veneza foi originado a partir de loteamento popular do final da década de 1970 e constituído de cerca de 4.000 lotes. Acredita-se que a Regional levou seu nome por ser o maior loteamento da região.

⁸ Por força da Lei Municipal nº 911, de 16 de abril de 1970, foi implantado o Centro Industrial de Contagem, mais conhecido pela sigla “CINCO”.

⁹ A pesquisa coordenada por Mendonça (2008), mostra que havia preocupação do Governo Federal em conter a expansão dos loteamentos clandestinos. A Lei Federal 271 de 28 de fevereiro de 1967, estabelece responsabilidades por equipamentos e serviços urbanos aos loteadores, como um prenúncio para a Lei 6766/79, ainda hoje utilizada para fins de normatização dos parcelamentos do solo no Brasil.

¹⁰ O PLAMBEL, Planejamento da Região Metropolitana, instituído na década de 1970, propôs regulamentação em nível regional com o Plano de Ocupação do Solo da Aglomeração Urbana, que seria a base da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte. O nome PLAMBEL foi mantido para designar a superintendência (depois autarquia) estadual metropolitana. Foi extinta em 1996.

¹¹ Obviamente não é o tamanho da área do lote que define a qualidade do espaço produzido. Por isso, a autora pesquisou os seguintes aspectos: características gerais e situação legal; implementação dos projetos e ocupação; propostas dos projetos em termos de existência de área para uso coletivo (área verde e área institucional); provisão de infraestrutura urbana.

¹² Do total da área dos loteamentos, deveriam ser reservadas para uso institucional: 3% da área em loteamentos com menos de 100 lotes e 5% da área em loteamentos com mais de 100 lotes. Não houve definição de reserva para áreas verdes.

¹³ Algumas favelas do Município de Ribeirão das Neves: Bispo de Moura, Hortinha, Braúnas, Rosa Neves, Grotas, Vila Felicidade, Vila Henrique, Saporì, totalizando 41.950 pessoas, conforme relatado no Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Ribeirão das Neves.

¹⁴ Movimento pendular das pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios.

¹⁵ Segundo Choay (1965), o conceito de conurbação foi usado pela primeira vez por Patrick Geddes em 1915, “para designar as aglomerações urbanas que invadem uma região toda, pela influência atrativa de uma grande cidade.”

¹⁶ São várias as associações em Ribeirão das Neves, entre elas, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Presidente Tancredo Neves e Adjacências (AMATAN), Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Fortaleza (ASCOFORT), Associação Comunitária de Vila Braúnas, Associação Comunitária dos Bairros Sonia, Hawai e São José, Associação do Bairro Vezeza (ASMOVE), Associação dos Cidadãos pelo Bem Nevense (ACIBEN), e outras.

¹⁷ O projeto do novo complexo penitenciário é chamado de “presente de grego” pela população nevense. Divulgado em meados do ano de 2003, desagradou a população de Ribeirão das Neves, que tem se mobilizado no sentido de tentar impedir que o Governo do Estado construa tal complexo penitenciário, seja pela criação da Comissão especial contra a construção de novos presídios, formada por vereadores mais representantes da sociedade civil, seja pelo encaminhamento de ação de repúdio popular à 1ª Vara Cível da Comarca, entre outras ações.